

# ACAFA

Nº 13 (2019-2020) On-line



## CAMINHOS DE PEREGRINAÇÃO E ROMARIA NA ANTIGA PROVÍNCIA DA BEIRA BAIXA

### Pilgrimage ways in the former Beira Baixa Province

**Joaquim Candeias da Silva**, doutor em Letras (História), Academia Portuguesa da História

**Palavras-chave** Itinerários, peregrinação, romaria, Beira Baixa

**Keywords** Itineraries, pilgrimage, Beira Baixa

Vila Velha de Ródão, 2021

## Resumo<sup>1</sup>

Num quadro territorial como este da antiga Beira Baixa, localizado no “Coração de Portugal”, entre a mais alta serra de Portugal Continental e dois dos seus maiores rios (Tejo e Zêzere), nunca será demais realçar a importância dos sistemas vias em todas as suas dimensões, pois eles são, indiscutivelmente, marcas fundamentais das mobilidades passadas e presentes. Ora, partindo deste princípio elementar, fica bem e é sempre desejável, num Colóquio como este, procurarmos saber sempre mais: como foi que no decurso do tempo longo, individualmente ou em grupos, por aqui transitaram pessoas, fossem elas simples caminheiros, mercadores e almocreves, militares e invasores, turistas, transumantes ou contrabandistas. E, naturalmente, também peregrinos e romeiros.

Caminhos de peregrinação e romaria. Acerca desta temática que me coube, pode dizer-se de antemão que é muito pertinente, que é vasta e que, de certo modo, até está “na moda” – passe o plebeísmo. Recordo, por exemplo, um seminário que teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, a 6-7.6.2019, em que o assunto foi abordado com uma comunicação intitulada “*Peregrinação: diversidade e contemporaneidade de uma forma de mobilidade antiga e singular*”. Pleno acordo com o que ali foi explanado: o peregrinar é um «fenómeno histórico verdadeiramente complexo» e, como tal, urge estudá-lo «de forma transdisciplinar e com o recurso a categorias que permitam perceber quer a sua longa diacronia quer as suas metamorfoses contemporâneas».

Seria, na verdade, muito aliciante estudar o tema de forma aprofundada, isto porque, de certo modo, os portugueses sempre fomos um povo e uma sociedade em peregrinação. Todavia, perante a verdadeira complexidade do fenómeno e o tempo disponível, teremos de ser breves e limitarmo-nos a uma abordagem

sumária do mesmo. Assim, tomando por base geográfica este território baixo-beirão e por enfoque cronológico os séculos XVI a XVIII, começaremos por uma síntese das mais antigas notícias que possam ser tomadas como manifestações de peregrinação, bem como dos seus prováveis roteiros, prosseguindo com uma análise, mais demorada mas sempre sumária, daquelas que serão, historicamente, as principais peregrinações e romarias da região.

## Abstract

In a territorial framework like this, the old Beira Baixa, located in the “Heart of Portugal”, between the highest mountain range in mainland Portugal and two of its largest rivers (Tejo and Zêzere), it will never be too much to emphasize the importance of routes in all their dimensions, as they are undoubtedly fundamental marks of past and present mobilities. Starting from this elementary principle, it looks good and it is always desirable, in a Colloquium like this, to always try to know more: in a long period of time, individually or in groups, how people crossed this territory, being just hikers, merchants and miscreants, military and invaders, tourists, transhumants or smugglers. And, of course, pilgrims too.

Pilgrimage paths. About this theme, it can be said beforehand that it is very pertinent, that it is vast and that, in a way, it is even “in fashion” – if the plebeianism may be used. I recall, for example, a seminar that took place at the Sociedade de Geografia de Lisboa, June 6-7, 2019, in which the subject was addressed with a communication entitled “*Pilgrimage: diversity and contemporaneity of an ancient and singular form of mobility*”. Full agreement with what was explained there: pilgrimage is a “truly complex historical phenomenon” and, as such, it is urgent to study it “in a transdisciplinary way and with the use of categories that make it possible to understand both its contemporary long diachrony and metamorphoses”.

---

<sup>1</sup> Este texto corresponde à comunicação apresentada em 28 de Setembro de 2019 no Colóquio *Vias da Beira Baixa: abordagem histórica e geográfica à mobilidade*.

In fact, it would be very appealing to study this subject in depth, because, in a way, the Portuguese have always been a people and a society on constant pilgrimage. However, in view of the true complexity of the phenomenon and the time available, we will have to be brief and limit ourselves to a summary approach to it. So, taking this “*baixo-beirão*” territory as a geographical base and chronologically focusing the 16th to 18th centuries, we will start with a synthesis of the oldest news that can be taken as manifestations of pilgrimage, as well as of its probable itineraries, continuing with an analysis, more time consuming but always summary, of those that will be, historically, the main pilgrimages of the region.

## Abrindo e justificando<sup>2</sup>

Num quadro territorial como este da antiga Beira Baixa, localizado no “Coração de Portugal”, entre a mais alta montanha de Portugal Continental e dois dos seus maiores rios (Tejo e Zêzere), nunca será demais realçar a importância dos sistemas viários de todos os tempos e em todas as suas dimensões, pois eles são,

---

<sup>2</sup> Joaquim Candeias da Silva é Mestre em História Moderna e Doutor em Letras (História) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi professor nos ensinos Secundário e Superior, orientador pedagógico e formador de professores, presentemente aposentado. No tocante ao Ensino Superior, a actividade docente repartiu-se por três instituições: primeiro, na ESE de Santarém, onde leccionou Didáctica da História e Ciências Sociais; depois na Universidade Internacional (polo de Abrantes), onde na qualidade de Professor Associado regeu a cadeira de História Económica e Social e desempenhou o cargo de Adjunto do Pró-Reitor; e finalmente no ISMAG / Universidade Lusófona (polo Fundação), onde como Professor Coordenador regeu a cadeira de Introdução às Ciências Sociais e ao Pensamento Contemporâneo. Enquanto investigador e historiador, tem-se dedicado particularmente ao estudo da História Moderna portuguesa e das Áreas Regionais, com especial enfoque no distrito de Castelo Branco e antiga província da Beira Baixa, tendo produzido até hoje uma vintena de livros autónomos e mais de três centenas de estudos e artigos, estes dispersos por jornais e revistas, assim como em livros de Actas e Memórias dos colóquios, jornadas, congressos e outros eventos em que foi participando. Pelo trabalho desenvolvido, foi já agraciado com diversas distinções honoríficas, tendo alguns dos seus livros sido premiados (dois deles pela Academia Portuguesa da História). De entre as diversas agremiações científicas de que é membro, vem dedicando especial atenção à referida Academia Portuguesa da História.

indiscutivelmente, marcas fundamentais das mobilidades passadas e presentes. Tal como um “coração” ou um sistema circulatório, para funcionarem, têm forçosamente de ter artérias e veias para que o sangue chegue a todas as partes do corpo, também num território assim será: sem *v[e]ias*, a vida seria impossível.

Tais princípios elementares não podiam deixar de ser trazidos à colação neste oportuno Colóquio e, por isso mesmo, houve a preocupação, por parte dos seus organizadores, de começar exactamente por aí, por uma *antropologia da mobilidade*, pelos “caminhos naturais” e “rede viária”, desta parte das Beiras, e desde a Pré-história. Já se sabia bastante; mas, com as novas aportações, decerto que ficaremos a saber melhor como foi que no decurso do tempo longo, individualmente ou em grupos, por aqui transitaram pessoas, fossem elas caminheiros, mercadores e almocreves, militares e invasores, turistas, transumantes ou contrabandistas. E, naturalmente, também peregrinos e romeiros [etimologicamente os que iam ou vinham de *Roma* – onde todos os caminhos iam dar...].

## Caminhos de peregrinação e romaria

Acerca desta temática que me coube, pode dizer-se de antemão que é também antiga, que é vasta e que, de certo modo, até está “na moda”. Deixando de lado, as notícias que quase diariamente nos invadem sobre a frequência e importância das romarias ou do turismo religioso, recordo, por exemplo, um seminário que recentemente teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa (a 6-7 do passado mês de Junho 2019), em que o assunto foi abordado com uma comunicação intitulada *Peregrinação: diversidade e contemporaneidade de uma forma de mobilidade antiga e singular*. Ali foi dito que o peregrinar é um «fenómeno histórico verdadeiramente complexo» e, como tal, urge estudá-lo «de forma transdisciplinar e com recurso a categorias que permitam perceber quer a sua longa diacronia quer as suas metamorfoses contemporâneas».

Há milhares de anos que se fazem peregrinações no mundo inteiro (cf., p.ex.º, de M. Dietz, *Travel, wandering and pilgrimage in the late antiquity and the early middle ages*, UMI, 1997; de Jean Chelini e Henry Branthomme, *Les chemins de Dieu. Histoire des pélerinages chrétiens, des origines à nos jours*, Hachette, 1982; ou, de R. Oursel, *Pélerins du Moyen Âge: les hommes, les chemins, les sanctuaires*, Fayard, 1978). Também na Península Ibérica (veja-se, p.ex.º, o estudo que acaba de ser editado pela Universidad Complutense de Madrid, *Santuarios oraculares, ritos y prácticas adivinatorias en la Hispania Antigua* (2019). E também em Portugal: entre muitos outros estudos, «Peregrinações portuguesas a santuários espanhóis no século XVI», *Itinerarium* (1997, n.º 158, pp. 337-359), de Isabel R.M. Drumond Braga); ou *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média*, de Mário Martins (1951). Isto para não recuar a Fr. Agostinho de Santa Maria e ao seu incontornável *Santuário mariano e historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora* (1710).

Seria, na verdade, muito aliciante estudar o tema mais a fundo, isto porque, de certo modo, os portugueses sempre fomos um povo crente e uma sociedade em peregrinação [lembrar a de Fernão Mendes Pinto ou o “romeiro” de Garrett, em Frei Luís de Sousa -- «Romeiro, quem és tu?»). Todavia, perante a complexidade do fenómeno e o tempo agora disponível, teremos de ser breves e limitarmo-nos a uma abordagem sumária. Assim, tendo por enfoque geográfico este território baixo-beirão e um âmbito cronológico indefinido, começamos por uma síntese das mais antigas notícias susceptíveis de ser consideradas como manifestações de peregrinação, bem como dos seus prováveis roteiros, prosseguindo com uma análise, sempre sumária, daquelas que consideramos ser, historicamente, as principais peregrinações e romarias da região.



Figura 1. Roteiro jacobeu: um exemplo de sinalética

## Síntese sobre os antigos caminhos de peregrinação

De entre os mais conhecidos – e na actualidade ainda dos mais percorridos – eram, sem dúvida, os caminhos de Santiago de Compostela. A este santuário, famosíssimo em toda a Europa ocidental, desde o século IX que afluíram peregrinos. Não conhecemos testemunhos concretos de gentes da Beira Baixa que tenham peregrinado até ele, ao longo das idades Média e Moderna, mas é sabido que houve gente, sobretudo das classes mais favorecidas, que o fizeram. Basta lembrar os casos do Conde D. Henrique (1097), de D. Afonso II (1220), de Sancho II (1244), de D. Dinis (1318), da Rainha Santa Isabel (1325) e de D. Manuel (1502), este com largo séquito de fidalgos, a partir de Lisboa, com passagem por Tomar, Coimbra e Porto. Não se transitava também pela Beira? Claro que sim, pelas antigas vias romanas, embora tenha sobrado pouca documentação. Mas o simples facto de haver por cá bastantes igrejas da invocação desse popular Apóstolo (p.ex., em Covilhã, Belmonte, Penamacor, e outras), é, por si só, um sinal de que a sua influência, maior ou menor, se fez sentir<sup>3</sup>.

Ademais, relembremos que ainda hoje – e através da Beira Baixa – continuam a afluir peregrinos a esse santuário, que, entretanto, com os seus *Caminhos*, foi declarado pela UE como «património cultural europeu» e «um valor universal, de um encontro de culturas». Mais. Em Maio de 2018 (decerto já com o olho no Ano Santo Jacobeu de 2021 e no Jubilar de 2025), surgiu uma nova rota jacobita, denominada *Via Portugal Nascente do Caminho Português Interior de Santiago*, a qual desde logo contou com o patrocínio da Presidência da República, visando restabelecer uma via milenar pelo interior do país. O projeto é da responsabilidade

<sup>3</sup> Para além da bibliografia já citada, cf. Humberto Baquero Moreno, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média», in *Revista da Faculdade de Letras*, vol. III, Porto, 1986, pp. 77- 89; H. Baquero Moreno e M. Cadafaz de Matos, «Peregrinações nos séculos XI a XV», in *Jacobus*, 25-26, de 2009, pp. 469-516; Carlos Gil e João Rodrigues, *Pelos caminhos de Santiago. Itinerários portugueses para Compostela*, D. Quixote - Círculo de Leitores, 1990; e o conjunto de artigos inseridos nas *Actas* do I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela, Távola Redonda, 1992.

da Associação Via Lusitana, tem o apoio do Turismo de Portugal, bem como das dioceses e municípios envolvidos ao longo do percurso, num total de 19 etapas e 390 quilómetros [de Tavira a Trancoso, onde entronca com outro caminho compostelano em direcção ao Norte]. No tocante à Beira Baixa, o trajecto faz-se pelos concelhos de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão [por Soalheira e Castelo Novo], Covilhã [Ferro] e Belmonte; o roteiro e a sinalética foram já homologados pela Associação Via Lusitana, com postes, vieiras e setas amarelas. Os peregrinos contam também com o apoio logístico das câmaras da região e ainda da “Confraria dos Caminhos de Castelo Branco”.

Outro santuário de grande romaria nacional ainda em território espanhol, todavia mais perto da Beira Baixa, foi o de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Guadalupe. Também até lá peregrinaram monarcas e/ou famílias reais, casos de D. Afonso V (em 1458, 1463 e 1464), D. Manuel (pela Páscoa de 1498, indo a caminho de Toledo, onde o rei e a rainha D. Isabel de Aragão iam ser aclamados herdeiros da Coroa de Castela), D. João III (em 1528), ou D. Sebastião (pelo Natal de 1576). Mas não rumaram até Guadalupe apenas peregrinos de alta extracção social. Também os houve originários da Beira Baixa e de origem humilde. A historiadora Isabel Ribeiro Mendes [Drumond Braga], no seu estudo *O mosteiro de Guadalupe e Portugal – Séculos XIV-XVIII* (1994), identificou para esses séculos cerca de duas dezenas. Um deles foi um tal Vasco Fernandes, que em 1526, certamente depois de ter peregrinado, fez um 1.º testamento em que instituiu N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> por sua herdeira, e em 1527 um 2.º em que nomeou seu filho Fabião Ribeiro, vizinho do Fundão. Outros peregrinos:

- Gonçalo Martins, de Castelo Branco, em Setembro de 1538, foi a pé e de joelhos, tendo ofertado novenas e cera, em acção de graças por ter sido liberto do cativo em Fez;
- Mendo Gonçalves e um seu sobrinho, de Penamacor, em Setembro de 1543, por se ter livrado de um ferimento com uma seta;

- Bartolomeu (?), da Covilhã, vai em Setembro de 1554, também por motivo de cativo, tendo oferecido 7 missas;
- Gregório Fernandes e esposa, da Sobreira Formosa, em 1626, por se ter livrado de uma doença;
- Uns moradores de Sobreira Formosa, que tinham sofrido de peste, vão lá em 1627 e oferecem três círios;
- Domingos Gonçalves, de 40 anos, de Castelo Branco, vai em 1627, por motivo de uma doença;
- Uma filha de Domingos Vaz, do Fundão, vai em 1630, por motivo da doença de um filho de três meses, oferecendo a mortalha;
- Pedro Duque e um seu filho, do Rosmaninhal, em 1630, também à conta de uma doença, deixando igualmente a mortalha;
- Domingos Gonçalves, de 18 anos, e irmãos, de Tinalhas, em 1631, também por doença, tendo oferecido duas missas;
- António Vaz, de Escalos de Cima, em 1631, por doença de uma filha;
- Maria Fernandes, de Salvaterra do Extremo, em 1633, em virtude de doença;
- Domingos Rodrigues e esposa, do Fundão, em 1633, a pé, de doença, tendo oferecido uma missa e a mortalha;
- Pedro, filho de Manuel Ivã, do Rosmaninhal, em 1634, por doença de seu filho, ofertando igualmente uma missa;
- Maria, filha de Pedro Giraldo, de Salvaterra, em 1777, a pé, por doença, tendo oferecido missas e a mortalha.

### Quadro resumo

Anos	Nomes, origem	Idade	Motivo da peregrinação
1538	Gonçalo Martins, Castelo Branco		Ter sido cativo em Fez
1543	Mendo Gonçalves e um sobrinho, Penamacor		Ferimento de uma seta
1554	Bartolomeu ..., Covilhã		Cativo
1626	Gregório Fernandes e sua mulher, Sobreira Formosa		Uma doença
1627	Moradores de Sobreira Formosa		Ter sofrido de peste
1627	Domingos Gonçalves, Castelo Branco	40	Uma doença
1630	Filha de Domingos Vaz, Fundão		Doença de um filho
1630	Pedro Duque e um filho, Rosmaninhal		Uma doença
1631	Domingos Gonçalves e irmãos, Tinalhas	18	Doença
1631	António Vaz, Escalos de Cima		Doença de uma filha
1633	Maria Fernandes, Salvaterra do Extremo		Doença
1633	Domingos Rodrigues e esposa, Fundão		Doença
1634	Pedro, filho de Manuel Ivã, Rosmaninhal		Doença de seu filho
1777	Maria, filha de Pedro Giraldo, Salvaterra do Extremo		Doença

Os elementos aduzidos não representarão mais que uma pequena amostragem, retirada dos arquivos do real mosteiro (onde ficaram registados os romeiros que ofereciam missas e outros donativos), mas dela poderemos concluir que foi sobretudo em dois reinados que se verificaram as romagens: no de D. João III e no de D. Filipe III de Portugal. Com o fim da União Ibérica e a conseqüente Guerra da Restauração, esse movimento claramente decaiu. Os peregrinos, de diferentes idades, saíam de diversas terras da Beira Baixa, desde a Sobreira Formosa (dois citados) até à Covilhã e à zona raiana (território de proximidade); frequentemente seguiam acompanhados, com familiares, lá deixando algumas ofertas. E, no tocante ao motivo da romagem, – como era de esperar – prevaleciam os votos de agradecimento por motivos de anteriores doenças.

Já quanto a roteiros de viagem e percursos seguidos, os relatos são geralmente omissos. No entanto, pelo conjunto das proveniências, podemos inferir que seguiriam os mais antigos e já conhecidos itinerários da região, que se mantiveram quase intactos até ao meiar do século XIX: o eixo Abrantes – Cortiçada [Proença-a-Nova] – Sobreira Formosa – Castelo Branco, eventualmente com prolongamento a Tinalhas – Fundão – Covilhã, ou Castelo Branco – Alcains – Lardosa – Atalaia (...), flectindo daí para a “Raia”, de preferência por Segura, Piedras Albas, Cória,

Plasência, Trujilho e Cáceres. No caso de gentes de terras raianas, como Penamacor, Idanhas, Rosmaninhal, Salvaterra, a ligação seria obviamente a mais próxima do ponto de passagem fronteiriço.

Isabel Mendes regista ainda (in *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal*, p. 108) que havia gados pertencentes ao Real Mosteiro que se deslocavam de lá até à Serra da Estrela e que as “canadas” [caminhos da transumância] estavam delimitadas, sendo então muito provável que os pastores descessem de Seia e Manteigas até ao sul da Gardunha (pela “portela” da serra até Alpedrinha) ou pela Capinha – Torre / Catrão, internando-se depois pelas campinas da Idanha até às serranias estremenas onde se localizava o santuário <sup>4</sup>.

Não obstante a fama dos dois centros de peregrinação referidos, ambos do país vizinho, outros havia em território nacional, com maior ou menor concorrência (pouca por parte das gentes beiroas), merecendo aqui ser mencionados os seguintes:

*N.ª Sr.ª da Oliveira, de Guimarães.* Tratando-se da “cidade-berço”, era este também um dos santuários mais antigos do reino, com grande atractividade desde o século XIV e – ao que consta – com influência em alguns cultos devocionais da Beira Baixa (caso da *N.ª Sr.ª da Oliveira de Orca, Fundão*). O rei D. João I, grande devoto de Santa Maria de Guimarães, ali foi como peregrino (a pé), desde Aljubarrota, em agradecimento pela vitória na decisiva batalha (1385), onde deixou de oferta o seu loudel <sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Para mais desenvolvimento, cf. BRAGA, Isabel Maria R.M. Drumond, «Para o estudo da religiosidade alentejana no século XVI: as peregrinações a Guadalupe», in *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora - Actas*. Évora I.S.T.-S.M.E., 1993, vol. I, pp. 309-316.

<sup>5</sup> Também para este santuário existe vasta bibliografia, desde o “Livro dos Milagres” de Afonso Peres (do séc. XIV, cópia de c.1620), passando pelo “Catálogo dos Abades, Priores e da insigne, antiga e real Colegiada de Guimarães”, de Francisco Crasbeck (de 1725), até aos estudos de Manuel Alves de Oliveira (*História da Real Colegiada*, de 1977).

*N.ª Sr.ª da Nazaré*, santuário do Sítio, ermida da Memória e Bico do Milagre formaram outro centro de peregrinação desde o séc. XIV pelo menos, aonde afluíam gentes de muitas proveniências e de diversos estratos sociais, incluindo monarcas (p.ex., D. João II em Março de 1483, Agosto de 1485 e Agosto de 1491. Sabemos hoje que, até aos inícios do século XVII, S.ta Maria de Nazaré não esteve associada ao tão propalado “milagre” de D. Fuas Roupinho, como se supunha [a Imagem da Senhora é trabalho não anterior ao século XIV, conotada com a Virgem do Leite]; mas, é indiscutível a fama de que cedo este santuário beneficiou. Em todo o caso, parece ter sido diminuta a sua influência directa sobre as gentes da Beira Baixa <sup>6</sup>.

*N.ª Sr.ª das Virtudes*, perto de Aveiras de Cima (Azambuja) e junto à estação CF de Virtudes, com seu conventinho de franciscanos ao lado, foi santuário afamado desde começos do séc. XV e da especial devoção de D. João II. Sabemos que também iam até lá gentes das Beiras...

*N.ª Sr.ª da Lapa.* Situado na serra do mesmo nome, no lugar de Rua (antiga freguesia de Caria, hoje Quintela, no concelho de Semancelhe), tão renomado chegou a ser que, em Portugal e mesmo em Espanha, chegou a rivalizar em romarias com Santiago de Compostela. É provável, pois, que também tenha acolhido peregrinos da Beira Baixa.

Tratando-se de sítios localizados fora desta Beira, supostamente bem conhecidos, e de relativo interesse para a presente temática, dispensamo-nos de apresentar as respectivas vias de acesso (caminhos de peregrinação).

---

<sup>6</sup> Veja-se, de Manuel de Brito Alão, *Antiguidade da Sagrada imagem de N.ª Sr.ª da Nazareth* (1620) e sobretudo, de Pedro Penteado, *Peregrinos da memória. O Santuário de Nossa Senhora de Nazaré (1600-1785)*, CEHR-UCP, 1998, um estudo muito completo que procura dar a conhecer, entre outros aspectos, as motivações dos peregrinos, a sua proveniência geográfica e social [atenção ao mapa da pág. 367], as suas formas de organização, os seus itinerários e a maneira como se comportavam no santuário.



**Figura 2.** N.ª Sr.ª dos Caminhos: pequeno memorial, à beira de uma estrada, próximo da velha ponte de Segura.

## Peregrinações e romarias antigas da Beira Baixa

Não é fácil, para tempos recuados, determinar a origem de um culto ou da correspondente romaria. Um conhecido estudioso destas matérias, Moisés Espírito Santo, afirmou que os cultos populares não são criados por ninguém e, portanto, não têm uma origem definida. Eles resultam, sim, dum acumulado de vivências não referidas por escrito, até que, eventualmente, alguém os descubra, revele e reinterprete <sup>7</sup>.

Isso mesmo terá acontecido, por exemplo, com os citados cultos de Guimarães e da Nazaré e, nesta nossa Beira, com as suas maiores romarias: Santa Maria de Almortão, na área idanhense, Senhora de Mércoles, em Castelo Branco, e Senhora da Póvoa, no concelho de Penamacor.

Com efeito, sempre os humanos tiveram necessidade de procurar, nos seus momentos de maior aflição, o auxílio ou um contacto mais íntimo com o divino, sobrenatural. E esta procura traduziu-se frequentemente na erecção de memórias, sob a forma de templos (ermidas, igrejas, mosteiros, santuários), nos locais onde o divino – supostamente – tinha já manifestado a sua presença, ou simplesmente de pequenos testemunhos evocativos (à beira de estradas ou caminhos de peregrinação). Daí à propagação dos cultos e à deslocação de gentes em romaria foi um passo, naturalmente.

Não vamos aqui explanar todos os santuários deste território, como surgiram e evoluíram, mas parece-nos, à partida, que não é possível falar de “caminhos de peregrinação e romaria” sem primeiro identificar os sítios e títulos, ao menos os principais. Vejamos então, em síntese, por concelhos e ordem alfabética, quais são eles.

<sup>7</sup> *Cinco Mil anos de Cultura a Oeste. Etno-História da Religião Popular numa região da Estremadura*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2004.

## Belmonte

*N.ª Sr.ª da Esperança.* Esta devoção, que é de tradição imemorial, crêem os historiadores locais que tivesse origem na família Cabral, enquanto patrona de uma antiquíssima ermida (desaparecida) na serra de Montes Crestados, hoje também conhecida por Serra da Esperança. Afirma desta imagem Fr. Agostinho de Santa Maria ser de «tantas e tão grandes maravilhas e prodígios e concurso de gente que em romaria iam à Senhora...»; daí que nomearam para este santuário um ermitão, para que tivesse sempre as portas abertas e servisse os muitos peregrinos. Afirma Manuel Marques, que também foi pároco da matriz onde hoje a imagem se encontra, que, no seu tempo, «eram tantos os sermões de promessa, que os domingos do ano não chegavam para todos»<sup>8</sup>.

## Castelo Branco

*N.ª Sr.ª de Mércules.* Falar de cultos e romarias, a propósito da capital de distrito e da antiga província, implica de imediato falar deste santuário, com prováveis raízes romanas e cultos ancestrais: lembrar os importantes achados arqueológicos que por aqui têm surgido; lembrar o «*caput Mercoris*», já contemplado na doação aos Templários do território de Açafa (1199); lembrar a sua valiosa herança patrimonial e religiosa, bem como os testemunhos de múltiplos autores que se têm debruçado sobre o templo e o respectivo culto mariano.

Integrado no triângulo estratégico Castelo Branco - Sr.ª de Mércules - S. Martinho, o santuário havia de ter também bons acessos, “caminhos” de romaria e de transações comerciais; e tinha-os: era por aqui que se estabelecia a ligação da vila e das vias de Sul e Oeste à “raia”, designadamente para Salvaterra do Extremo e Segura, com passagem pelo Ladoeiro e Zebreira (travessia do Ponsul na velha ponte da Moinheca).

<sup>8</sup> *Belmonte – Terras de Cabral*, CMB, 2001, p.85. Neste concelho havia e ainda vão persistindo duas outras romarias, ambas em honra de Santo Antão, com ermidas muito antigas nos arredores (Cf. João Vasconcelos, *Romarias I – Um inventário dos santuários de Portugal*, 1996, p. 143).

E, por toda esta relevância no passado, a romaria anual à Senhora de Mércules tinha de continuar a ser na actualidade uma das maiores romarias da região. Assim é, de facto, sendo o dia festivo maior a terceira terça-feira depois da Páscoa, o qual, pelas mesmas razões, foi também aproveitado para feriado municipal<sup>9</sup>.

Outras romarias do concelho, com alguma relevância regional: em Caféde, N.ª Sr.ª de Valverde, aonde segundo as Memórias Paroquiais de 1758 acudia gente de romagem a 8 Setembro; em Lousa, N.ª Sr.ª dos Altos Céus, concorrida e típica romaria, com largo historial; em Póvoa Rio Moinhos, N.ª Sr.ª da Encarnação, também de romaria; e em S. Vicente da Beira, antigo concelho e dos mais antigos desta área, N.ª Sr.ª da Orada, outra ermida de romagem multissecular e elevado valor patrimonial (a ermida possui uma imagem de N.ª Sr.ª da Graça, que terá sido doada pelo condestável D. Nuno Álvares Pereira)<sup>10</sup>.

## Covilhã

Em 1186, em Maio (portanto, antes do foral sanchino), já havia igrejas na Covilhã, sendo uma delas a igreja de Santiago, porventura ligada ao culto e caminhos de Santiago (?), a qual vem citada numa doação de 1192 ao prior de S. Jorge, de Coimbra. Contudo, apesar do seu longo e rico historial, este concelho não parece ser dos mais fortes em romarias antigas. Em todo o caso, algumas merecem referência: em Boidobra, N.ª Sr.ª da Estrela, relacionada com um primitivo e desaparecido mosteiro cisterciense, dos primórdios da monarquia; em Paúl, N.ª Sr.ª das Dores, não muito antigo (1810?) mas que, na actual configuração, já foi

<sup>9</sup> Há já bastantes estudos sobre este antiquíssimo santuário e centro de peregrinação, podendo destacar-se os de Tarcísio Fernandes Alves (Castelo Branco, 1973) e de Pedro Miguel Salvado (in *Estudos de Castelo Branco*, n.º 4, de 2005, pp. 51-78).

<sup>10</sup> As ermidas da Senhora de Valverde, da Orada, dos Altos Céus e da Encarnação vêm citadas no *Santuário Mariano* [= SM] e nas *Memórias Paroquiais* [= MP]. Como bibliografia complementar, vejam-se, entre outros estudos: *Senhora da Orada* (2019), de Maria Inácia de Brito, *As Danças Tradicionais da Lousa – Um Património da Beira Baixa* (2011), de Isabel Leal da Costa, e também o nosso artigo «Ermidas e romarias antigas da Beira Baixa (IV) - N.ª Sr.ª dos Altos Céus (Lousa)», in *Estudos de Castelo Branco*, n.º 6, de 2007, pp. 43-60.

considerado «um santuário-modelo do ponto de vista das normas actuais da igreja relativas a festas religiosas» (João Vasconcelos); e no Teixoso, N.ª Sr.ª do Carmo, também dos começos do século XIX.

### Fundão

Este concelho, que só ganhou alforria em 1747 (face à Covilhã), detém um número considerável de santuários ou antigas capelas de romaria, se bem que em alguns casos em acelerada decadência. Num caso – Nossa Senhora da Serra ou da Penha – no alto da Gardunha (limite das freguesias de Alcongosta e Castelo Novo), aonde segundo as MP de 1758 [Alcongosta] acudia «acrescido número de pessoas em romagem (...) por devoção muito antiga», desapareceu totalmente. Hoje, apenas existe um santuário com expressão regional: o de Santa Luzia, na freguesia do Castelejo. Já existia na 1.ª metade do século XVIII, com gente de romagem nos dias 15 e 16 de Setembro. É a maior romaria da Cova da Beira e, também por isso, feriado municipal.

Outras romarias do concelho: na freguesia de S. Martinho do Fundão: N.ª Sr.ª da Luz, ermida na periferia da cidade, «aonde acodem muitas romagens no tempo do Verão, por divertimento, que a devoção está acabada» (MP), e também N.ª Sr.ª do Seixo (SM); na freg.ª de Enxames, N.ª Sr.ª do Fastio, aonde segundo as mesmas MP acudiam pessoas de várias partes em romaria, principalmente na Páscoa e Pentecostes; na Orca, N.ª Sr.ª da Oliveira (SM e MP), com romagens em determinados dias, «por voto muito antigo» (séc. XV-XVI); na Soalheira, N.ª Sr.ª das Necessidades (SM), a que acudia de romagem «muita gente pelo ano, principalmente nos meses de Agosto e Setembro»; no Telhado, N.ª Sr.ª da Rosa, com algum concurso de romeiros a 7 de Setembro «e também pelo ano adiante» (MP); e em Vale de Prazeres, mais propriamente no lugar de Cortiçada, N.ª Sr.ª das Preces, uma pequena ermida de romagem pouco referida, mas que na primeira metade do século XVIII já era «frequentada de romeiros em todo o ano, principalmente na Quaresma e Páscoa» (MP).

### Idanha-a-Nova

É neste concelho, e relativamente perto da vila-sede, que se situa uma das romarias mais antigas e mais afamadas da Beira Baixa: N.ª Sr.ª do Almortão. O seu título vem já citado no foral sanchino de 1229, ao demarcar os limites de Idanha-a-Nova, mas ele pode recuar mais, pois o sítio forneceu já espólio arqueológico que remete para a romanização da área, com o culto a uma divindade indígena (*Igaedis*): este seria, portanto, o território dos *igaeditani* ou egitanienses <sup>11</sup>.

A área de influência deste santuário e da correspondente romaria é, por conseguinte, muito vasta, pois ultrapassa as fronteiras concelhias e mesmo distritais, entrando até por terras de Espanha; e daí o cantar-se do lado de cá: «Virai costas a Casela / não queirais ser castelhana», remoque que *nuestros hermanos* não levam a sério... Aliás, visando promover o turismo religioso, foi recentemente lançada pela edilidade idanhense – a 29.4.2017 – a “Rota da Senhora do Almortão”, um novo ponto de interesse como percurso interpretativo.

Neste concelho existem ainda dois outros santuários de romaria a merecer registo: um na freguesia de Proença-a-Velha, de romaria muito antiga, centrando um espaço onde também foram encontrados importantes vestígios arqueológicos da época romana e existiu um mosteiro medieval, N.ª Sr.ª da Granja; o outro, na freguesia de Monsanto, <sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Veja-se, sobre esta matéria, o nosso opúsculo *Ermidas e romarias antigas da Beira Baixa: N.ª Sr.ª do Almortão*, sep.ª da revista *Estudos de Castelo Branco*, n.º 4, de 2005.

<sup>12</sup> Vejam-se, para o primeiro, o nosso artigo, na mesma revista, «Ermidas e romarias antigas da Beira Baixa: N.ª Sr.ª da Granja», n.º 5, Junho 2006, pp. 43-56, e para o segundo o estudo de Adelaide Salvado.

## Penamacor

Outro concelho raiano onde não faltam santuários e romarias de grande concorrência, e um deles também a extravasar as fronteiras concelhias e distritais, ao ponto de até ter mudado, pelo mear do século passado, o nome da freguesia onde se situa: N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Póvoa (a freguesia chamava-se Vale de Lobo e passou a Vale da Senhora da Póvoa). Existe igualmente, sobre esta matéria, boa bibliografia e nós próprios temos preparado um estudo, que esperamos seja publicado em breve, pelo que remetemos para ele os interessados.

Outras romarias do concelho: na freguesia de Penamacor, 3 km a SW da vila, N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Incenso, um santuário de grande dignidade, já descrita no SM e que, segundo um manuscrito antigo, serviu do modelo para a planta do actual edifício de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Póvoa [antes da designação actual também foi conhecido como N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Prado]; ainda na freguesia de Penamacor, a cerca de 12 km para leste da vila e a menos de 5 da fronteira com Espanha (Valverde del Fresno), N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> de Bom Sucesso, entre a ribeira da Baságueda e a fronteira espanhola; e, finalmente, na freguesia de Benquerenças, N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Quebrada, santuário de implantação remota.

## Sertã

A bibliografia especializada fala-nos de diversos santuários muito antigos neste concelho, mormente na freguesia de Pedrógão Pequeno, porém nem sempre com absoluta clareza quanto à identificação dos títulos e sua localização. É o caso de Nossa Senhora das Águas Feras, onde foram encontrados materiais das épocas romana, medieval e moderna, incluindo estelas templárias e da Ordem de Cristo; do castro de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Confiança, no topo de um monte e a pouco mais de 1 km da aldeia, que deve corresponder à actual ermida do mesmo nome (e que vem citado no SM); e a capela de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Remédios, perto da Sertã. Não visitámos os sítios, mas para efeitos do presente estudo, interessa-nos sobretudo este último,

que se deverá identificar com a arcana ermida de romagem a que também chamam N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Meio e N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Olival.

N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Meio... Porquê este nome? Dizem que por se localizar sensivelmente “no meio” do país. E donde lhe adveio a fama? Porque lhe anda associada a figura de D. Nuno Álvares Pereira. Com efeito, a *Crónica do Condestabre*, no final do cap. LVI, assinala que, depois da batalha de Valverde e do internamento militar de D. Nuno até Cória, ele regressou com o exército real pela Beira, com o condestável a deslocar-se em romaria até esta ermida: «*E, vendo el-rei como todos lhe adoeçiam, levantou-se do cerco [à cidade de Cória] e veio seu caminho para seu regno, caminho da Beira. E o condestabre se partiu de lá e se foi em romaria a Sancta Maria do Meo, que está na Sartã, e de i se foi para Ourém e de i se partiu para Antre Tejo e Udiana*»<sup>13</sup>.

Acredita-se que o templo tenha sido edificado sobre um pequeno mosteiro templário e que Nuno Álvares, grande devoto de Nossa Senhora e “desta Senhora” em particular, aqui tenha vindo, de facto, pois o local fica perto do Bonjardim (de Cernache) onde ele nasceu, cresceu e voltou por diversas vezes. Crê-se também que ele tenha deixado uma figura de cera do seu tamanho, conforme é tradição e escreveu Miguel Leitão de Andrada. Na ermida pode ainda ser observada uma réplica da espada do mesmo condestável (hoje S. Nuno de Santa Maria).

## Vila Velha de Ródão

Existe em Alfrívada, freguesia de Perais, uma velha ermida de romaria, também com a invocação de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> dos Remédios, à qual se reportam antigas lendas. Reza uma delas que o culto teve início no imemorial aparecimento da Senhora sobre uma azinheira, de onde resultariam muitos “remédios” de milagrosas curas. Sabe-se que o templo já existia nos começos do século XVIII, quando Manuel da

<sup>13</sup> Atestaram-na também Miguel Leitão de Andrada, *Miscellanea*, ed. de Lisboa, 1867, p. 451, e Jorge Cardoso, *Agiolôgio Lusitano*, 1666, III, p. 217.

Cunha Oliveira Castelo Branco ali mandou fazer casas anexas para acolher romeiros. O festejo realiza-se anualmente por volta do dia 8 de Setembro (Natividade de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>)<sup>14</sup>.

Ora, findo este périplo sumário pelas romarias da Beira Baixa, cujo inventário fica muito longe de ser exaustivo, pode perguntar-se: e os itinerários? Que caminhos eram percorridos pelos romeiros que até esses locais peregrinavam?

Tratando-se de locais do interior, pelo menos alguns deles recolhidos em sítios ermos e de difícil acesso, afastados das vias principais, não nos é fácil estabelecer roteiros exactos. Pensamos que, de um modo geral, se serviriam de antigas rotas, no fundo aquelas a que já anteriormente nos referimos, de onde tomariam caminhos secundários – os “capilares” das “artérias” e “veias” regionais.

Em síntese, essas vias terrestres intercomunicantes eram, até ao século XIX, aquelas que vinham sendo percorridas desde a Idade Média e que constam dos itinerários conhecidos, designadamente os régios. Um exemplo: D. João II, em 1484, vindo Crato e Nisa, passou o Tejo em Ródão com destino a Castelo Branco e, a 10 de Outubro, fez seu caminho de volta, seguindo por Sarzedas, Sobreira Formosa e Cortiçada, com destino a Abrantes e Almeirim<sup>15</sup>. É bem conhecido também o *Roteiro terrestre de Portugal em que se ensinão por jornadas e summarios não só os caminhos e as distancias que há de Lisboa para as principais terras das províncias deste Reino*, do Pe. João Baptista de Castro (1700-1775), edição de Lisboa, 1748, de que extraímos estes fragmentos:

<sup>14</sup> Cf. Francisco Henriques, *Contos populares e lendas dos Cortelhões e dos Plingacheiros*, AEAT, 2001, p. 264.

<sup>15</sup> Relativamente à identidade Proença / Cortiçada, conforme Jorge de Alarcão (*A Beira Baixa: terra tomada sem guerra*, 2013, p.82), «O nome de Proença-a-Nova terá sido dado por D. Rodrigo Gil [1244, na sua qualidade de prior do Hospital] a uma vila que então se chamava Cortiçada – e que, aliás, já se encontra mencionada no foral da Covilhã [1186]. Até ao século XVIII terão coexistido os dois nomes, com preferência pelo antigo de Cortiçada, pois este é o que lhe dá João Baptista de Castro no seu *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* (1870, p.313). Só nos meados, do século XIX, com a reforma administrativa do Liberalismo, vingou o nome de Proença-a-Nova».

**Por outro caminho , indo pela estrada de Abrantes , em que se contaõ cincoenta e huma leguas.**

De Lisboa a Abrantes	23	Soalheira	2
Dahi a S. Domingos	3	Atalaya	1
A' Palhota	2	Quartaõ	1
Cardigos	1	Capinha	2
Cortiçada	1	Peraboa	1
Sobreira formofa	1	Caria	1
Monte gordo	1	Belmonte	1
Sarzedas	1	Vendas da Vella	2
Juncal	2	Guarda	2
Tinalhas	1		

Figura 3. Roteiro Abrantes-Guarda

**1 – Roteiro de Abrantes à Guarda:** Indo pela estrada de Abrantes, em que se contam 51 léguas: De Lisboa a Abrantes, 23; daí a S. Domingos [da Roda], 3; à Palhota, 2; Cardigos, 1; Cortiçada, 1; Sobreira Formosa, 1; Monte Gordo, 1; Sarzedas, 1; Juncal, 2; Tinalhas, 1 [ponte de Sea?, no Ocreza]; Soalheira, 2; Atalaia, 1; Catrão (*Quartaõ*), 1 [Torre dos Namorados]; Capinha, 2; Peraboa, 1; Caria, 1; Belmonte, 1; Vendas da Vela [Valhelhas], 2, Guarda, 2.

**2 – Roteiro da Guarda para Castelo Branco** em que se contam 14 léguas ao Sul: ... igual até Catrão e Atalaia; depois, Lardosa, 1; Alcains, 1; Castelo Branco, 1. Já de Castelo Branco para a Covilhã, o trânsito fazia-se por Alcains – Alpedrinha – portela de Alcongosta (Comporta) – Fundão – Covilhã.

Importantes seriam também as vias da Idanha: uma, decalcada da romana, proveniente de Mérida, pelas velhas pontes de Alcântara e Segura, por Bemposta e Pedrógão, a ligar à outra via da Torre dos Namorados e Capinha; outra para Norte, passando a Monsanto, Salvador, Penamacor, Meimoa, Vale de Lobo; uma outra, por Oledo, Escalos de Cima, a ligar a Alcains e Sarzedas, com destino a Alvega, Abrantes ou Tomar. E havia um outro traçado ainda – a chamada “via da Covilhã” ou “via mourisca” – por Alcaria, Castelejo, Orvalho, Cambas, Vilar Barroco, Oleiros, Mosteiro, Troviscal e Sertã, em direcção a Dornes (além Zêzere).

Poderia haver, naturalmente, algumas variantes ou alternativas, consoante a estação do ano, o meio de transporte a utilizar ou o motivo da viagem, sendo disso exemplo a transposição da Gardunha ou a das Talhadas (no primeiro caso, o percurso seria a portela de Alcongosta / Alpedrinha), também muito usada como caminho de transumância. Por conseguinte, genericamente, os caminhos seriam os mesmos dos percorridos por reis e gente nobre, por almocreves e caminheiros, militares e invasores, transumantes ou contrabandistas, romeiros e demais viajantes em trânsito pela Beira, ou então eles não seriam muito diferentes <sup>16</sup>.

## Concluindo

As peregrinações e romarias faziam parte da vivência cultural e religiosa quotidiana das populações medievais e tiveram prolongamentos até à actualidade. Estudá-las é preciso, para compreendermos melhor as do presente, os seus caminhos, mas não só. Para além dos itinerários, outros aspectos se impõe averiguar: a compatibilidade entre a religião oficial (o poder instituído) e a particular / popular (as práticas); as etapas da “festa colectiva”: o alojamento e as refeições; o pagamento das promessas; a celebração (missa, pregação, procissão); o arraial (os bailaricos e o comércio); os ritos de abandono, etc...

Pelos meados do século XX, decerto por via de uma tomada de força do regime vigente em Portugal, verificou-se um conjunto de proibições por parte do episcopado, procurando acentuar o cariz e o vínculo religioso das Romarias, em detrimento da Festa popular e da diversão. Isso aconteceu, por exemplo, na diocese da Guarda, em que chegaram a ser proibidas as bandas filarmónicas nas

<sup>16</sup> Como bibliografia suplementar, cf., entre outros, Manuel A. Morais Martins, «Vias de comunicação terrestre», in *Castelo Branco 1830-1930* (de 2004), p. 390; J.V. Mendes de Matos, *Esquema para uma Biografia da Cidade de Castelo Branco*, 1972, pp. 25-29; e Helena Monteiro, *A “estrada da Beira”: Reconstituição de um traçado medieval*, dissertação de Mestrado apresentada à F.L. Lisboa, em 2007.

procissões e até a junção dos elementos religioso e civil na mesma festa. Porém, com a liberalização política e a democratização, felizmente que o bom senso foi prevalecendo e os conflitos foram-se sanando.

E hoje, verificando os poderes instituídos que o turismo religioso até compensa em termos económicos, os “caminhos de romaria”, que são já outros, voltam – como vimos de início – a estar “na moda”. Referimos já, como exemplo, os “Caminhos de Santiago”; veja-se, agora, também esta Rota, já de 2017. Mas, decerto que haverá mais por cá.



Figura 4. Rota da Sr.<sup>a</sup> do Almortão